

Sarney até 90

Ulysses inicia agora a corrida pela sua candidatura

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial do Brasil

Ulysses da Silveira Guimarães, 71, presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados, pauta a sua vida por uma frase que repete sempre a interlocutores afoitos demais ou hesitantes demais: "O tempo não perdoa quem não trabalha com ele".

As 18h33 de ontem, quando deixou a presidência da Mesa, com o placar eletrônico mostrando a esmagadora vitória dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, Ulysses estava iniciando uma corrida desesperada e cheia de obstáculos contra o seu próprio tempo. Talvez por isso, Ulysses da Silveira Guimarães, habitualmente frio como um bom jogador de pôquer, não conseguiu esconder na voz embarçada a emoção que o rosto esfingético não traía.

"Foi um resultado trabalhado há muito tempo. Foi uma decisão política da Constituinte por folga maioritária", respondeu, sem responder, à pergunta da Folha que queria saber se a aprovação dos cinco anos, tão rejeitados pelo eleitorado, não frustraria a sociedade e não contribuiria para desgastar a Constituinte.

Impossível dizer se a emoção de Ulysses era também produto de um sentimento de corresponsabilidade pela aprovação dos cinco anos. Mas, na noite de anteontem, ao suspender a sessão no momento em que se estava prestes a votar o mandato, Ulysses explicou a seus íntimos que uma das razões da suspensão era o clima exacerbado que sentia no plenário. E não hesitava em culpar o presidente da República por essa situação: "Os ministros postados aqui, o oferecimento de cargos e vantagens, tudo isso contribuiu para esse clima".

Por isso mesmo, Ulysses tinha pressa em encerrar de uma boa vez a questão do mandato. "Assim, acaba a moeda de troca", explicou na intimidade.

O tempo da Constituinte

Ser corresponsável pela aprovação dos cinco anos foi um risco que Ulysses correu deliberadamente. Em mais de uma conversa com seus amigos, explicou-lhes que tinha um compromisso com a transição democrática, compromisso que só se encerraria com a promulgação da nova Constituição. E não queria arriscar-se a um impasse que acreditava inevitável se colidisse com o presidente da República e seu desejo de ficar cinco anos no Planalto.

Em nome desse compromisso, Ulysses deixou tudo o mais de lado e viveu, de acordo com o seu lema, um único tempo: o tempo da Constituinte. A esse respeito, é eloquente o depoimento de ministros "ulyssistas": sempre que eles se reuniam com Ulysses e o assunto resvalava para questões administrativas, o líder peemedebista punha fim à conversa: "Se vocês vão conversar sobre assuntos do Ministério, podem ir pra casa porque não estamos aqui para tratar de outras coisas", despatchava-os sem cerimônia.

Ontem pela manhã, quando um repórter lhe perguntou o que achava sobre a crise do PMDB, Ulysses dobeveu fulminante: "Eu não acho nada, eu acho Constituinte".

Achou também um mandato de cinco anos para Sarney, depois de uma última noite e madrugada de negociação e tensão. A meia-noite de anteontem, reunidos na casa de Renato Archer, ministro da Previdência Social e o mais íntimo amigo de Ulysses, os "ulyssistas" Cid Carvalho (PMDB-MA), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Pedro Simon (governador do Rio Grande do Sul) descobriram que a votação da emenda Mathews Iensen, que dava cinco anos para Sarney, da forma como queria o governo, era uma armadilha para o presidente da Constituinte.

Tal como estava formulada, era uma emenda aditiva e, como tal, só poderia ser votada mais adiante. Se Ulysses a colocasse em votação, seria definitivamente apontado como cúmplice do Planalto na obtenção dos cinco anos no prazo desejado pelo governo.

Cid Carvalho tomou a iniciativa de telefonar para Sarney, que pediu que ele falasse com Carlos Sant'Anna, o líder do governo, que não quis saber de conversa, certo de que estava tudo acertado para a votação da manhã seguinte. Não estava e o Palácio do Planalto madrugada na ofensiva para convencer Ulysses: mal ele chegou ao Congresso, às 9h23 de ontem, a tropa de choque do Centrão, o agrupamento conservador suprapartidário, foi procurá-lo com um recado duro: ou se votava a emenda Iensen imediatamente ou o Centrão paralisaria de uma vez os trabalhos da Constituinte.

Ulysses não cedeu e o Centrão teve que fundir a emenda Iensen com outras, para poder escapar da filigrana regimental que acabaria por remeter a votação do mandato para um futuro imprevisível.

O tempo do desgaste

A dedicação de Ulysses à Constituinte rendeu-lhe alguns dividendos, entre os quais o reconhecimento, da direita e da esquerda, de que ele e só ele é capaz de pôr ordem nos trabalhos, como se fosse um bedel. Nem sempre a ordem imposta agrada a um lado ou ao outro, mas todos conformam-se.

Mas rendeu também críticas ferinas de peemedebistas que acham que Ulysses tornou-se um mero assessor do Palácio do Planalto nas suas funções de presidente da Constituinte. Um diálogo travado anteontem, entre o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, e o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações, An-

tônio Carlos Magalhães, é profundamente revelador dos dividendos e das críticas.

Luís Eduardo — Fernando, por que vocês não param de obstruir e permitem que o mandato seja votado hoje?

Fernando Henrique — Nós estamos colaborando, até o Ulysses está colaborando.

Luís Eduardo — É, o Ulysses hoje está afinado.

Fernando Henrique (voltando-se para dois vereadores peemedebistas de São Paulo que o acompanhavam) — Viram? O Ulysses agora é líder deles.

Luís Eduardo — Eu até apoio a reeleição dele (para a presidência da Câmara).

Fernando Henrique — Por que vocês não lhe dão vitaliciedade? A cátedra é vitalícia e ele tem uma cátedra, só falta a vitaliciedade.

Luís Eduardo — É uma boa idéia, partindo de você.

O tempo do PMDB

Agora, votado o mandato, Ulysses vai se voltar de novo para outro filho querido, o PMDB. "Agora, o PMDB vai se voltar para a Convenção e para as eleições municipais de novembro", disse ontem o presidente do partido, em mais uma não-resposta à pergunta sobre os danos para o PMDB decorrentes da aprovação dos cinco anos.

O tempo do PMDB é o tempo que decide o tudo ou nada para Ulysses. Mesmo no coração do "ulyssismo" fazia-se ontem a seguinte análise, com o pedido de reserva do nome do analista: "Se a eleição presidencial fosse este ano, Ulysses seria imbatível no partido. Se tivesse sido adotado o parlamentarismo, ele seria sagrado primeiro-ministro com apoio do Amaral Netto (líder do PDS) ao Lula (principal liderança do PT). Mas, em 1989, talvez não lhe reste tempo".

Ulysses não pensa assim. Tanto não pensa que aceitou sugestão de seus companheiros para mandar imprimir folhetos nos quais serão alinhados os pontos considerados "progressistas" constantes da nova Constituição. É uma maneira de tentar demonstrar que o PMDB foi fiel às suas promessas de campanha e, também, de servir de embasamento para uma campanha presidencial. Para chegar até lá, entretanto, Ulysses tem de operar uma obra de engenharia política formidável. Primeiro tijolo: evitar o esfalecimento do partido na Convenção Nacional marcada para dia 21 de agosto.

O fato de que 36 constituintes já deixaram o PMDB e outros tantos ameaçam fazê-lo ainda este mês não assusta Ulysses. Ele acha que esse pessoal voltará, ao fim do percurso, ao amplo seio peemedebista, tal como o fizeram os que saíram para criar o Partido Popular (PP) e depois retornaram.

O que o inquieta é a saída de Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte. Tanto inquieta que Ulysses despachou três de seus escudeiros (Cid Carvalho, Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, e Genebaldo Correia, do PMDB baiano), na semana passada, para uma conversa definitiva com Covas. Os três chegaram a acenar ao senador com a candidatura presidencial pelo PMDB, sob o argumento de que partido algum escolhe candidato por lirismo ou como prêmio por serviços prestados, mas por viabilidade eleitoral.

Covas disse que, se fosse por problemas eleitorais, ele não precisaria sair do PMDB. Sua saída era uma decisão política de acompanhar companheiros dos quais sempre esteve próximo ou dos quais se aproximou no período de elaboração constitucional.

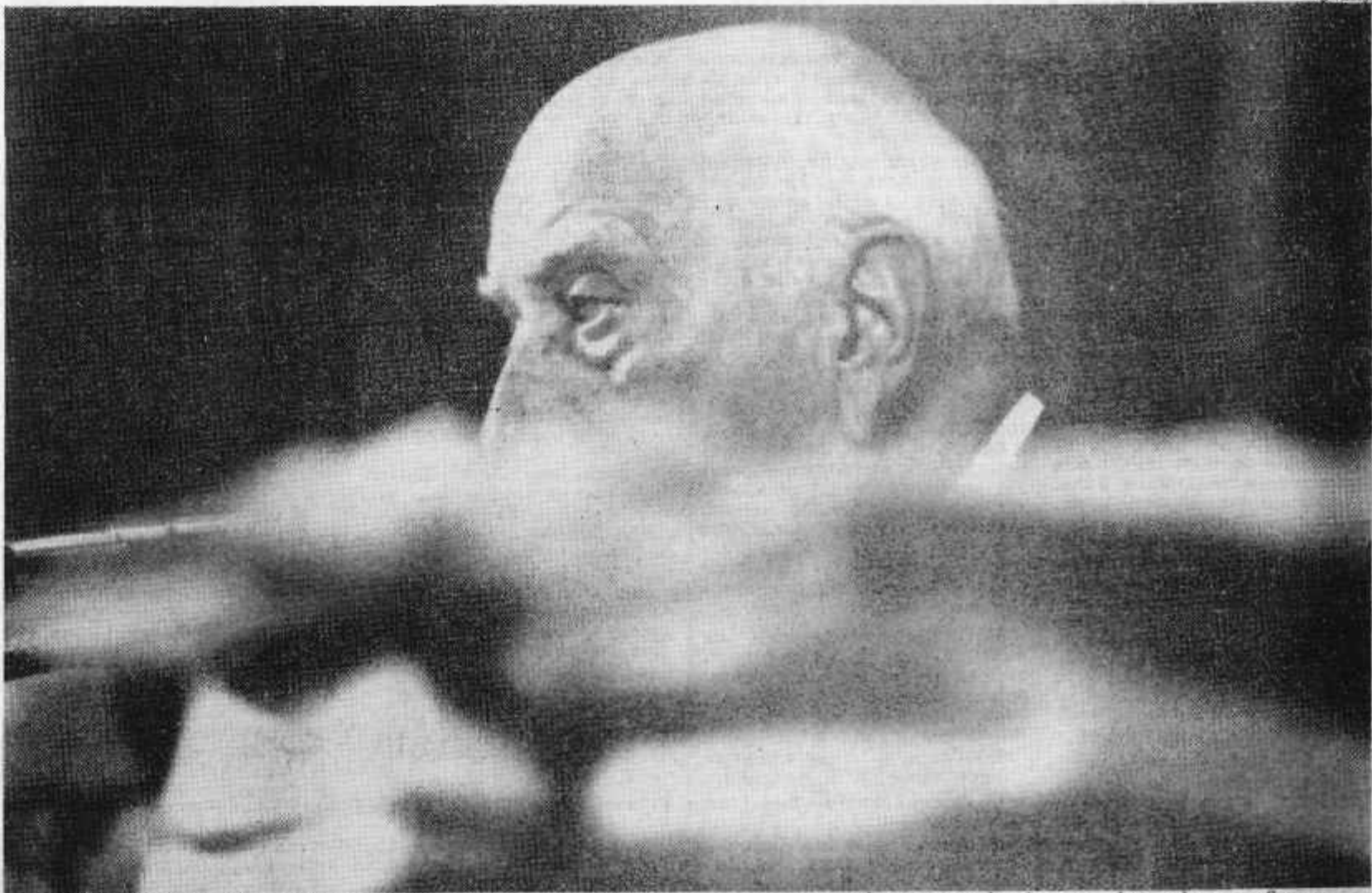
A perda de Covas fere, mas não mortalmente, o projeto do "ulyssismo" para a Convenção, que é o de manter o partido com as alas atenuadas (direita, centro e esquerda), mas dar à cúpula uma feição predominantemente "progressista".

Sem Covas, outros centro-esquerdistas do partido poderão sair, enfraquecendo demais justamente a corrente que o "ulyssismo" quer ver bem aquilhada na Executiva. Mas ficam, de qualquer forma, centro-esquerdistas ligados a governadores com os quais convivem bem. "Você acha que o Chico Pinto e o Hélio Duque vão sair, tendo boas relações como têm com o Waldir e o Alvaro?", pergunta, eloquentemente, Cid Carvalho, referindo-se a Francisco Pinto (BA) e Hélio Duque (PR), comandantes da ala centro-esquerdista do partido que pretende enfrentar os conservadores na Convenção Nacional, e aos governadores Waldir Pires e Alvaro Dias.

Essa estratégia depende de um dado: a participação dos governadores, especialmente Orestes Quércia (SP) e Newton Cardoso (MG). A análise do "ulyssismo" é a de que pelo menos Quércia estará aliado a Ulysses, a partir do seguinte raciocínio: o novo partido de Covas, Fernando Henrique e Montoro será forte justamente em São Paulo e, para afirmar-se, baterá duro em Quércia, que terá que proteger-se encostando na cúpula peemedebista e em Ulysses.

O fecho da estratégia é manter a indefinição em relação ao Sarney, com o qual a ala mais à esquerda quer romper. O PMDB não deverá nem apoiar expressamente o governo e nem romper com ele, mas declarar-se em independência.

Se toda essa complexa costura der certo, começará para Ulysses da Silveira Guimarães o tempo da candidatura presidencial. Se não der, será o tempo de pensar na História, como peça de valiosos serviços prestados mas obsoletos.



Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte e do PMDB, durante a sessão em que foram aprovados cinco anos de mandato para Sarney

O compromisso que ainda não foi cumprido

LUCIANO MARTINS

Especial para a Folha

A duração do mandato do sr. Sarney envolve questões de princípio e problemas políticos práticos de igual importância. É preciso enumerá-los com clareza para que não acabem soterrados na vala comum das banalidades e dos sofismas que povoam o discurso político corrente. E, também, para que não se nivele a importante questão política em jogo com o desimportante personagem que a suscita.

A primeira coisa a dizer é que enquanto durar o mandato do sr. Sarney haverá uma dualidade de princípios de legitimação política no país. De um lado, um ocupante acidental da Presidência da República detentor de um mandato legal, mas ilegítimo. De outro, uma Assembleia Constituinte, às vésperas de converter-se em Congresso Nacional, não apenas legal como legitimamente eleita. Não se trata de uma tecnicidade jurídica ou de uma filigrana conceitual. A distância que separa as formas de eleição desses dois poderes (a do Colégio Eleitoral instituído pelo regime autoritário e do voto direto e universal) é também a distância que separa a manutenção do resíduo autoritário da superação dele.

Alguém poderá dizer que isso faz parte das "continuidades" inerentes ao modo de liquidação do regime autoritário (o da transferência negociada do poder) que caracteriza o caso brasileiro, e que encontra na própria figura do sr. Sarney exemplo gritante ou alarmante. É indiscutível que seja assim. O que é altamente discutível, porque injustificável politicamente, é que ao invés de essas "continuidades" serem

dissolvidas elas sejam prorrogadas — como se todos se tivessem comodamente instalado numa "transição" que já era muito mais do que o próprio regime autoritário.

O segundo aspecto é que houve um compromisso moral, publicamente assumido, por parte dos líderes da Aliança Democrática de que aceitariam a eleição pelo Colégio Eleitoral apenas como forma de garantir a liquidação pacífica do regime, mas que o direito ao voto direto seria restituído aos cidadãos, assim que terminados os trabalhos da Constituinte. Esse compromisso foi solenemente externado por Tancredo Neves, pelo inefável sr. Ulysses Guimarães e pelo próprio Sarney. E só consultar os jornais da época. Os que agora atuam, ativa ou passivamente, para frustrar esse direito, que é também um desejo de votar claramente manifestado pelo país, como atestam todas as pesquisas de opinião, estão traindo o compromisso que assumiram. Contribuem, assim, mais do que qualquer outra coisa, para desmoralizar a credibilidade da representação política aos olhos da opinião pública — e isso num momento que deveria ser de construção democrática. Não é de espantar esse comportamento perjurado por parte dos oportunistas que ainda ontem lambiam a boia autoritária. Mas é traumatizante para o país que ele reapareça agora nas atitudes daqueles que se credenciaram junto à opinião democrática por terem combatido o regime autoritário.

O terceiro aspecto é que a experiência recente de outros países tem demonstrado que o fortalecimento do processo de construção democrática, mormente se ele se inicia após um longo período autoritário, passa

necessariamente por uma rápida sequência de eleições. A sociedade brasileira revela, sob muitos aspectos, estar à frente da representação política que hoje tem. A depuração dessa representação política só se fará através do processo eleitoral. Postergar eleições é atrasar essa depuração. Vale dizer: é prolongar o descompasso entre a sociedade e a política. Na verdade é ainda mais: é fazer como que o desencanto se converta em despoliticização e a raiva irresolvida se junte ao cinismo para desembocar no voto-deboche, na eleição dos "cacarecos" — no sentido próprio e no figurado.

O quarto aspecto é que os meios que estão sendo utilizados pelo Sr. Sarney e seus áulicos para permanecerem no poder — o fisiologismo ativo, a desmoralização partidária, o aliciamento militar — são desmoralizadores da própria prática política e subvertem o que deveria ser o espírito da transição. No caso da aberta reintrodução dos militares na política, como ocorreu quando da votação do futuro sistema de governo e agora repetiu-se na questão do mandato, se coisa é ainda mais grave: o veto militar constitui um evidente atentado à construção democrática. O apelo a tais recursos já seria, por si só, motivo suficiente não apenas para encurtar, através de eleições, a já agora perigosa permanência no poder do sr. Sarney como, a rigor, seria motivo até para promover seu "impeachment". A ausência de sanções políticas face a utilização de tais recursos (para não falar da generalizada corrupção), demonstra mais uma vez a ausência de uma estratégia de construção democrática por parte dos que deveriam tê-la. Como revela também que o discurso democrático apodreceu na boca de muitos que o

declamavam. Para a sociedade fica o gosto amargo de descobrir, sob o verniz democrático, a face dos velhos tartufos. Mas essa capitulação política não apenas desmoraliza essas "lideranças": também a sociedade é por ela desmoralizada — e é isso que é grave.

Mas não é só isso — e será pouco? — o que está sendo jogado nessa decisão sobre o mandato do sr. Sarney. O que está em jogo, de forma mais imediata, é o controle político do processo de transição e, por conseguinte, do próprio desfecho desse processo — que poderá ser democrático ou não.

Provavelmente não é por outra razão que a hierarquia militar está empenhando sua autoridade e seu prestígio — inclusive junto a seus comandados — para sair em defesa de um presidente fraco, desmoralizado, e que tem uma clara "afinidade eletiva", digamos assim, com a escuridão da política. A razão é inteligível: um tal presidente facilmente aceitará a tutela militar — provavelmente sem sequer saber o que historicamente está fazendo. Até porque a história não parece ser seu forte. Se fosse, teria entendido que o papel, que o acidente biológico que matou Tancredo Neves lhe possibilitava desempenhar, encerrava a inusitada oportunidade de conduzir um país de 140 milhões de habitantes à democracia política. Sendo assim, a única coisa a desejar a todos esses senhores é que a terra lhes seja leve, pois o julgamento da história (essa coisa que desconhecem) lhes será pesado.

LUCIANO MARTINS, 52, é sociólogo. Foi professor nas Universidades de Paris (França) e Columbia (Nova York) e pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica na França. É atualmente professor da Cátedra Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Esquerda usa de todos os meios para impedir votação

Da Sucursal de Brasília

Consciente de que seria a derrotada do dia, a esquerda utilizou todas as táticas de obstrução para retardar a vitória dos cincoanosistas. Chegou mesmo a esperar pelo anúncio da morte do senador Virgílio Távora (PDS-CE), que agonizava em São Paulo. Regimentalmente, a morte de um parlamentar implica a suspensão da sessão, o que poderia remeter a votação para a próxima semana.

Mesmo sendo minoria, a esquerda conseguiu empurrar por horas o momento decisivo da votação do mandato do presidente José Sarney. Valeram todos os métodos: dos discursos enfadonhos aos encaminhações de dúvidas a serem solucionadas pela mesa e até mesmo a "operação padrão" na utilização do painel avulso de votações. Depois de garantir a suspensão da sessão, às 14h30, para que fosse feita a leitura da ata do período da manhã, a esquerda conseguiu garantir o direito regimental do "pinga fogo", quando os constituintes fazem discursos sobre assuntos da conjuntura.

"Temos que deixar claro que tem um grupo aqui dentro resistindo. Estes gestos são um símbolo", disse o deputado José Genoíno (PT-SP), um dos comandantes da operação de obstrução. Durante as nove horas da sessão, os partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PCB e PC do B) e a ala progressista do PMDB não se deram por vencidos. "Vamos esperar até a última gota", completou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

A intenção da esquerda era remeter a votação para hoje, quando tradicionalmente não há quórum para as sessões do Congresso constituinte. Assim, estaria adiada a votação para a próxima semana e o presidente Sarney viajaria para os Estados Unidos sem saber qual a duração de seu mandato. "Temos

que complicar ao máximo", afirmou o deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB.

"Bruxaria"

"Apenas um milagre ou bruxaria poderia reverter este resultado", disse a deputada Moema São Thiago (PDT-CE). Esta constatação estava estampada no rosto de todos os constituintes da esquerda, quando o painel eletrônico revelou o resultado final da votação. Perplexo, o deputado Roberto Brant (MG), que deixou o PMDB no último mês, comentava com o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR): "Quem diria, o Aecinho votou nos cinco anos". Trata-se do neto do ex-presidente Tancredo Neves, Aécio.

A ala progressista do PMDB, apesar de acompanhar todas as ações de obstrução, não mostrou tanta resistência para a briga quanto os partidos de esquerda. "Isso aqui não tem nenhum valor histórico", disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Alguns ainda torceram para que o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB, subisse à tribuna e defendesse o mandato de quatro anos. Ficaram decepcionados com o silêncio do líder.

"Traidores"

Encerrada a sessão, com a galeria gritando "traidores", o senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) revelou um "plano" que poderia ter revertido o resultado. Era a bruxaria sonhada por Moema. Ele pensou em convocar um paranormal mineiro que entorta metais para tentar danificar o painel eletrônico, forçando a votação nominal. Ele conta com a "vergonha" dos cincoanosistas, ao votar sob a pressão das galerias e principalmente da transmissão ao vivo das emissoras de televisão. "Poderíamos ter surpreendido", disse constrangido.

Câmera indiscreta



PLÍNIO ACORDA BETH

Ativa militante das ações de obstrução, a deputada Beth Azize (PSB-AM) foi vítima de seus próprios atos. Numa ação conjunta, a esquerda conseguiu garantir o direito ao "pinga-fogo" do início da sessão da tarde (quando os parlamentares fazem longos discursos sobre "tudo" sem nenhum critério). Os bocejos discretos e indiscretos da maioria dos constituintes foram suplantados

pelo cochilo de Beth, que se acomodou sobre a bancada. O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), ao lado do seu colega de bancada deputado Luiz Gushiken, salvou a deputada do constrangimento, acordando-a com um leve toque em sua cabeça (foto). Assustada, Beth passou a mão no rosto e seguiu ocorrendo pelo corredor até o fundo do plenário.